Configurações

Revista de sociologia

20 | 2017

Justiça, Direito(s) e Instituições

O estigma na vida pessoal do guarda prisional

The stigma in the personal life of the prison guard

Le stigmata dans la vie personnelle du gardien de prison

Ana Pereira Roseira

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/configuracoes/4228>

DOI: 10.4000/configuracoes.4228

ISSN: 2182-7419

Editora

Centro de Investigação em Ciências Sociais

Edição impressa

Paginação: 93-108

ISSN: 1646-5075

Referência eletrónica

Ana Pereira Roseira, « O estigma na vida pessoal do guarda prisional », *Configurações* [Online], 20 | 2017, posto online no dia 28 dezembro 2017, consultado o 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/configuracoes/4228> ; DOI : 10.4000/configuracoes.4228

O estigma na vida pessoal do guarda prisional

ANA PEREIRA ROSEIRA*
CES/FLUC

Resumo

A escassez de estudos sobre guardas prisionais, reforçada pela sua fraca visibilidade, prende-se com uma forte tradição deste campo em cingir a análise a dinâmicas institucionais internas, colocando o foco apenas dentro de muros. Novas perspectivas vêm abalando esse fechamento e permitindo uma progressiva articulação com domínios exteriores à prisão. Uma vez que o problema do estigma é transversal neste universo, propõe-se um percurso em que este é transportado para fora do ambiente laboral dos indivíduos, contaminando a esfera familiar e da intimidade e reforçando a importância das redes de efeitos que esta instituição vai tecendo muito para além do quotidiano dos reclusos, ainda que sejam estes o centro de qualquer perspectiva crítica sobre a reclusão.

Palavras-chave: prisão; guarda prisional; estigma profissional; institucionalização; contaminação.

Abstract

The stigma in the personal life of the prison guard

The lack of research on prison guards is partially due to this field of studies' tradition of narrowing the analysis to internal institutional dynamics, focusing on the space within the prison walls. New perspectives have shaken up this closure, allowing a progressive articulation with domains exterior to the prison. Given that the problem of the stigma is transversal in this universe, this paper focuses on how it is carried from the individual's working space into the spheres of family and intimacy, reinforcing the importance of the web of effects that is weaved by this institution, a web that goes far beyond the daily life of the inmates — even when they are the center of all critical perspectives on incarceration.

Keywords: prison; prison guard; professional stigma; institutionalization; contamination.

* E-mail: roseira.ana@gmail.com

Résumé

Le stigmatisme dans la vie personnelle du gardien de prison

L'absence d'études sur les gardiens de prison réside dans une forte tradition de ce champ d'études à se limiter à l'analyse des dynamiques institutionnelles internes et à se focaliser seulement sur ce qui se passe à l'intérieur des murs. De nouvelles perspectives viennent ébranler ce cloisonnement et permettre une articulation progressive avec des domaines extérieurs à la prison. Dans la mesure où le problème du stigmatisme est transversal dans cet univers, nous proposons un parcours où celui-ci se transporte en-dehors de l'environnement de travail des individus, contaminant la sphère familiale et l'intimité, renforçant l'importance des réseaux d'effets que cette institution vient tisser bien au-delà du quotidien des prisonniers, même si ceux-ci restent au centre de toute perspective critique sur l'emprisonnement.

Mots-clés: prison; gardien de prison; stigmatisme professionnel; institutionnalisation; contamination.

Introdução

Os resultados aqui apresentados enquadram-se numa pesquisa mais ampla sobre os guardas prisionais e os meios de segurança e coerção penal que, realizada no âmbito de uma investigação de doutoramento¹, se traduz num enfoque predominantemente histórico sobre o conhecimento ainda lacunar da história da profissão de guarda prisional e da sua secundarização nos estudos prisionais. Complementando sistematizações anteriores sobre a história desta figura profissional (Roseira, 2014), neste artigo pretende-se antes privilegiar uma partilha de alguns dos testemunhos recolhidos sobre um dos aspetos que se afirmaram como mais relevantes: os efeitos desta atividade ao nível da intimidade e da vida familiar.

Através de uma análise de testemunhos de guardas prisionais entrevistados em três prisões portuguesas, deu-se centralidade às significações dos próprios profissionais sobre o estigma que, escutando um certo senso comum ou atentando à literatura da especialidade, se constata que atravessa as suas funções (Coyle, 2005). Assim, o objetivo deste artigo é essencialmente a partilha de testemunhos recolhidos junto de guardas prisionais portugueses, bem como, mais particularmente, da análise realizada em torno das perceções dos mesmos sobre a relação entre a profissão e a sua vida pessoal. Embora na referida tese de doutoramento se tenha perseguido um diálogo entre estas vozes e as de outros profissionais das prisões, este texto foca-se apenas nas autorrepresentações de guardas prisionais.

¹ Esta tese, entregue em abril de 2017, intitula-se A porta da prisão: uma história dos meios de segurança e coerção penal na perspectiva dos guardas prisionais portugueses (1974-2014) (2017). Esta investigação foi financiada pela FCT/POPH entre janeiro de 2012 e abril de 2016, através da Bolsa Individual de Doutoramento com a referência SFRH / BD / 78780 / 2011.

Na literatura internacional sobre este sujeito, é central a ideia de que o silenciamento da importância destes profissionais esteve relacionado com uma tendência de estudos clássicos deste campo interdisciplinar para limitarem a sua análise a domínios do funcionamento interno da prisão (Hawkins, 1976; Thomas, 1972), sendo apontadas neste sentido, nomeadamente, as obras de Clemmer (1940) e de Sykes (2007 [1958]). Assim, considera-se que os contributos que possibilitam uma imersão na perspetiva de guardas prisionais, de que são exemplo, em Portugal, o trabalho de Cunha (1994) e Moreira (1994), promovem uma nova tendência para descortinar as relações de interface entre a sociedade e a prisão (Cunha, 2002; Granja, 2015), bem como as tensões de (in)segurança que derivam desta permeabilidade dos muros.

1. Para além do estigma

O debate sobre a realidade prisional, no contexto ocidental, coloca a sua ênfase, desde a década de 1970, e em Portugal a partir dos anos 80, numa discussão em torno do poder e das desigualdades, desde logo pelo surgimento da mais consagrada reflexão teórica sobre a prisão, a obra Vigiar e Punir (Foucault, 1975). Aliada a esta referência central, soma-se a influência de Erving Goffman neste campo, não só com a incontornável *Manicómios, Prisões e Conventos* (2001 [1961]) mas também pela difusão dos seus decisivos contributos na conceptualização do conceito de estigma, afirmado pelo autor em proximidade com a aceção de estereótipo (1963). Por estereótipo entenda-se:

[Uma] representação de um objeto, pessoa ou ideia mais ou menos desligado da sua realidade objetiva e que é partilhado pelos membros de um grupo social. Essa representação pode ser inconsciente, é dotada de durabilidade e orienta a ação na vida quotidiana (ensinando-nos a conhecer o mundo antes de o vermos). (Machado, 2008: 98)

A estigmatização gerada pela prisão remete antes de mais, conforme sugere Froment (1998; 2003), para a circunstância de o objeto central do trabalho que nela se desenvolve tratar de vidas de reclusos, os quais são suscetíveis de estender a vulnerabilidade social em que se encontram — num alegado processo de contaminação — aos que lhes facultam assistência. Os conceitos de «institucionalização» e «contaminação» são aqui utilizados segundo as definições de Elaine Crawley (2002): o primeiro refere os efeitos da instituição prisional nos indivíduos, enquanto o segundo tanto se pode aplicar a uma influência moral dos reclusos sobre os profissionais das prisões como sobre os familiares destes.

Partir do princípio de que os guardas prisionais sofrem de estigma profissional pode ser perigoso, já que compete às ciências sociais, antes de mais, uma reflexão sobre as representações que estas também são suscetíveis de reproduzir. Todavia, uma aproximação teórica a este sujeito de estudo não escapa à constatação de que, tal como a instituição prisional num sentido amplo, também

estes profissionais se encontram reféns de uma teia complexa de significações negativas, ora por razões que se prendem com a história das prisões, ora pelo relativo desconhecimento que em torno destas sempre se verificou:

Os profissionais das prisões veem-se frequentemente a si próprios como os membros esquecidos do sistema de justiça criminal. Eles não têm o perfil público de juízes, procuradores ou membros da polícia. Em muitos países os funcionários prisionais são mal formados, mal pagos e pouco respeitados nas suas comunidades. (Coyle, 2005: 86)

Por um lado, a história das prisões em Portugal deu continuidade à figura do carcereiro (Roseira, 2014), que recorrentemente é confundido com o guarda prisional, mesmo desde a extinção do primeiro. Por outro lado, a fragilidade do conhecimento histórico em torno desta classe profissional leva a que até os próprios guardas prisionais sejam responsáveis pela reprodução dos estereótipos sobre a sua atividade, acabando por não se identificar com a mesma e até, em muitos contextos, com os elementos do seu grupo ocupacional.

Gordon Hawkins (1976), um dos primeiros autores a assumir a sua perplexidade perante a inexistência de referências aos guardas na história das prisões, defende que entre os poucos estudos que se debruçam sobre estes profissionais, quase sempre no intuito de abordarem apenas o recluso, muitos acabam por produzir uma visão unidimensional do guarda, que em última instância vem substituir os estereótipos existentes, reforçando o estigma.

Numa perspetiva diferente, Jean-Charles Froment (2003) associa a reputação negativa do guarda prisional ao seu local de trabalho, o qual no tempo dos carcereiros se tratava igualmente do espaço onde estes residiam. Afirmando que a valorização desta função profissional só seria possível perante uma reestruturação do papel da própria instituição prisional, entende que esta opera como um mecanismo de exclusão, assumindo uma perspetiva foucaultiana. Numa obra anterior o autor foi ainda mais longe, sugerindo que até os investigadores sociais, quando identificados com este tema de estudo, acabam contaminados por esse mesmo estigma inerente à prisão:

Todos os que tocam a prisão são contaminados por ela. Assim, a imagem social negativa dos guardas prisionais reflete-se sobre aqueles que os estudam (...) Desde o início, os guardas foram violentamente postos em causa. A sua relação com o carrasco do Antigo Regime era demasiado óbvia. (Froment, 1998: 15)

A capacidade de «desligar» do serviço trata-se de uma das aprendizagens mais transversalmente referidas na literatura, e que se procura inculcar, informalmente, na formação oficial inicial, bem como ao longo da experiência profissional. A elevada importância dada à interiorização desta capacidade pelos guardas prisionais portugueses leva a que surja tão automática, no discurso coletivo deste grupo profissional, a preocupação em afirmá-la (Cunha, 1994; Moreira, 1994). De resto, a própria separação destas duas esferas da existência

é reconhecida como sendo essencial ao bom funcionamento institucional, no sentido em que «Manter as famílias fora das instituições sociais muitas vezes permite que os membros das equipas dirigentes continuem integrados na comunidade externa e escapem da tendência dominadora da instituição total» (Goffman, 2007 [1961]: 22).

A obra de Elaine Crawley, centrada especificamente no impacto do trabalho dos guardas prisionais ingleses na sua vida pessoal e na das suas famílias, também identificou, nos testemunhos que a autora recolheu e analisou, uma rigidez ao nível dos comportamentos destes indivíduos, que interpretou como uma espécie de mecanismo de defesa capaz de afastar a contaminação institucional à esfera familiar:

Eles criam um sistema de defesa social que lhes permite trabalhar relativamente protegidos das ansiedades que ameaçam oprimi-los, bem como controlar as impressões que transmitem aos reclusos e aos colegas (...) estratégias de desapego e de despersonalização. (Crawley, 2002: 283)

Mas, tal como Crawley (2002, 2004) notou relativamente à contaminação experienciada pelos familiares de guardas prisionais, Rafaela Granja também identificou, numa investigação recente (2015), a centralidade do estigma no discurso de familiares de reclusos, contribuindo para o entendimento de que os impactos da instituição prisional acarretam um sentido amplo, já que interferem na comunidade de formas difusas. Não obstante, no caso dos guardas prisionais, e para que se cumpra esta missão árdua de separar a vida pessoal do mundo prisional, parece impor-se o princípio de não se falar sobre o serviço fora da cadeia, o que por si só remete para consequências pessoais e emocionais:

Uma relutância por parte dos funcionários da prisão em falar sobre o seu trabalho com pessoas de fora, relutância esta que parece ter-se estendido até para a família imediata do guarda. Muitos guardas cujos pais eram guardas prisionais relataram que os seus pais quase nunca falavam com eles sobre o seu trabalho, pelo menos até eles também se terem tornado guardas (...) A comunicação com «outsiders» sobre a atividade é vista como fútil e entendida como evitável. (Lombardo, 1981: 23-24)

Assim, compreende-se que embora todos os profissionais das prisões possam ser alvo de contaminação do estigma institucional, os guardas são os elementos cujo papel, ou função, mais diretamente reflete a missão prisional. O desconhecimento sobre este profissional remete então — mais do que para o estigma — para a forte invisibilidade social da própria instituição, tanto como das profissões que esta acolhe: «O impacto do ambiente prisional provoca transformações irreversíveis na personalidade do agente penitenciário. “Em que lugar eu vim parar?” é a frase mais usada para exprimir o choque dos primeiros dias no meio dos presidiários» (Varela, 2012: 31).

Em *Guards Imprisoned. Correctional Officers at Work* (1981) Lombardo focou-se na realidade da Prisão de Auburn, uma instituição de segurança máxima em Nova Iorque que terá dado o nome ao modelo de Auburn, por este alegadamente aí ter sido inaugurado, e que acolheu a primeira pena de morte na cadeira elétrica a nível mundial. O autor socorreu-se precisamente do conceito de «invisibilidade» para descrever a ausência de referências acerca da profissão que os guardas que entrevistou detinham antes de trabalhar numa prisão. Trata-se de uma ausência intrigante, que obriga a uma reflexão para além do estigma.

2. O trabalho de campo

Para a escolha das prisões onde se desenvolveu a maior parte do trabalho de campo, o critério foi selecionar três prisões substancialmente diferentes, sobretudo para possibilitar a recolha de testemunhos de profissionais que trabalhassem em contextos de segurança distintos, perseguindo-se mais uma diversificação das fontes do que condições para efeitos comparativos. A realização de entrevistas decorreu nos estabelecimentos prisionais de Braga, do Funchal e do Linhó, por esta ordem e ao longo do ano de 2013. Estes três estabelecimentos partilham o mesmo nível de alta segurança e apenas a cadeia de Braga apresenta um grau médio de complexidade de gestão, ao contrário dos outros dois, ambos caracterizados por um grau elevado. Apesar do seu enquadramento oficial assinalar essa característica comum, os contextos de segurança vivenciados no quotidiano destas cadeias são claramente díspares.

As principais técnicas acionadas foram a entrevista semiestruturada e a observação direta, francamente circunscrita aos contextos de recolha dos testemunhos. Estas entrevistas foram realizadas no local e no horário de trabalho, na maioria dos casos numa sala de reuniões destinada para o efeito e situada numa zona dedicada aos serviços de caráter administrativo, limitando assim uma circulação frequente nas áreas prisionais propriamente ditas.

Foram realizadas aproximadamente setenta entrevistas, todas elas gravadas e transcritas. Além de um total de trinta guardas prisionais, foram também entrevistados sete reclusos, sete técnicos superiores de reeducação, cinco professores, cinco elementos da direção e ainda outros onze profissionais destas cadeias, de diferentes setores (tais como enfermeiros, médicos e/ou técnicos administrativos). Contudo, a escuta desta diversidade de vozes almejou apenas um enriquecimento da compreensão do universo laboral dos guardas prisionais portugueses, não tendo sido possível, através desta amostra de entrevistados, uma análise comparativa objetiva entre os seus discursos e os de outros profissionais, mesmo pela diversidade de cargos e funções que estes últimos abarcam.

De igual modo, também não se apresenta uma caracterização sociográfica dos entrevistados, uma vez que estes foram selecionados com vista à obtenção

de uma diversidade de testemunhos e forçando mesmo a heterogeneidade da amostra, a qual funcionou precisamente enquanto mecanismo para evitar generalizações. Solicitou-se portanto que fossem requisitados elementos com características bastante diversificadas (nomeadamente quanto a variáveis como a idade, o sexo, a antiguidade na profissão — e na prisão — e a área ou o cargo profissional), tendo sido sempre os chefes de guardas, os diretores ou os seus adjuntos a selecionar os profissionais e os reclusos a envolver.

3. Cinco estereótipos essenciais

Na escuta das entrevistas realizadas identificaram-se cinco domínios cruciais, entre os quais se parece tecer, com uma intensidade significativa, a rede de estigmatização que envolve esta classe profissional, que se concretiza: nos mitos em torno do carcereiro; no desconhecimento generalizado da profissão; nas baixas qualificações requeridas para o cargo; na diversidade de papéis desempenhados e, finalmente, no pressuposto da questão financeira a justificar a escolha profissional.

Alguns estudos (Cunha, 1994; Moreira, 1994) já haviam identificado, há mais de uma década, muitos destes aspetos que os testemunhos recolhidos permitiram reafirmar, comprovando a sua continuidade de um modo sintomático. Persistem, pois, de forma evidente, as (autor)representações negativas em torno do guarda prisional, bem como uma forte invisibilidade e um desconhecimento que continuam a caracterizar esta atividade, fortemente desprestigiada pela confusão deste profissional com os antigos carcereiros, por sua vez erradamente percebidos enquanto elementos limitados a abrir e a fechar portas.

Se os mitos se reproduzem, em larga medida, precisamente por existir um forte desconhecimento em torno da história desta profissão, outros fatores como as condições materiais dos ambientes laborais experienciados, ou mesmo as características físicas da maioria das cadeias portuguesas, contribuem fortemente para reforçar a vivência desse estigma, desde logo na consolidação do monopólio das «chaves» dentro da prisão, que transforma um dos poderes funcionais do guarda prisional no estigma associado a uma tarefa rotineira que continuamente se reformula e persiste: «É a ideia do carcereiro, que tem aquelas chaves todas, que abre a porta e fecha a porta, mas isso... eu quando vim para cá também me foi transmitida essa ideia, que os guardas abriam portas e fechavam portas, e não é só isso» (Olívia², adjunta).

As representações aferidas em torno de reclusos e de serviços prisionais, ou dos seus profissionais, surgem de facto bastante confundidas, sendo sistematicamente referidos, uns e outros, como sendo «a parte negativa da sociedade»:

2 Todos os entrevistados são apresentados com nomes fictícios, no sentido de salvaguardar o seu anonimato.

Nós ali quase como os homens do lixo, os que varrem a sala ao fim da festa (...) O homem do lixo é sempre o último e que não é falado (...) quem segura o sistema, que somos nós, nunca somos falados. (Edgar, guarda prisional)

As pessoas têm uma conotação, pelo que eu ouço lá fora, que o guarda bate no recluso (...) isso já foi, no passado, isso hoje em dia não corresponde à realidade, e muitas vezes as pessoas veem nos filmes e pensam que o guarda prisional é aquela personagem do filme. (Bruno, guarda prisional)

Conforme se referiu, verifica-se um consenso teórico perante uma inexistência inicial de expectativas destes profissionais face à sua atividade, bem como perante a centralidade, por outro lado, de uma representação negativa dominante, construída e reforçada pelos média (Lombardo, 1981; Liebling; Price; Shefer, 2012 [2001]). A esta imagem da prisão veiculada pelos média pode ainda associar-se o testemunho de outros profissionais entrevistados, que ao contrário dos guardas expressam ter vivenciado um impacto positivo, pelo facto de iniciarem a sua atividade com expectativas demasiado negativas sobre o funcionamento das cadeias:

«Eu tinha a ideia das prisões americanas, vestidos de cor de laranja» (Adelaide, professora); «Vim para aqui e fiquei um bocado chocada, devo dizer, porque de facto não fazia a mínima ideia que era só direitos» (Filipa, técnica superior de reeducação);

«Surpreendeu-me pela positiva porque a ideia que eu tinha de prisão era aquela dos filmes, aqueles corredores muito amplos, aqueles gradões e eles todos agarrados às grades, coisa que não se verifica aqui» (Ema, enfermeira).

Evidencia-se assim que este desconhecimento se verifica entre os próprios guardas, que apenas interagem com as especificidades da prisão na sua entrada ao serviço, recebendo uma formação amplamente considerada como insuficiente para o cargo e que, em todo o caso, não os prepara para o «choque inicial» que a maior parte alega experienciar:

O meu primeiro impacto com o estabelecimento prisional foi complicadíssimo... era um ambiente novo, não estava preparado (...) trazia o trabalho para casa e aí tornou-se uma roda-viva, durante algum tempo, até conseguir fazer separação das águas porque a carga emocional no princípio é muito forte. (Bruno, guarda prisional)

A primeira vez que entrei numa cadeia é que eu me apercebi a dimensão que aquilo era, assustou-me e só por vergonha é que eu não vim embora porque eu não imaginava que era aquilo. (Edgar, guarda prisional)

Este choque inicial assume, contudo, formas muito diversas, já que embora o ambiente institucional seja a principal causa de surpresa, por revelar facetas sombrias das prisões, que os indivíduos desconheciam, por vezes a desilusão profissional advém de aspetos que se prendem com as dinâmicas internas da própria cultura profissional: «A primeira vez que eu fechei, tranquei uma cela, fez-me impressão, trancar uma pessoa» (Alexandra, guarda prisional); «É a eminência da Justiça sobre as nossas cabeças, ou seja, está sempre eminente o falhanço, o errar, o cometer uma ilegalidade (...) a espada está sempre sob o nosso pescoço» (Carlos, guarda prisional).

A representação de serem requeridas baixas qualificações para o exercício do cargo foi outro dos estereótipos identificados por Lombardo, mas a história da profissão do guarda prisional português contraria essa visão e releva uma preocupação sistemática — tanto legal como teórica — com a formação dos guardas, ainda que tenham existido períodos em que essa valorização não foi de modo algum posta em prática e mesmo outros em que o sistema prisional recuou neste domínio (Santos, 1999; Romão, 2015). Contudo, na prática as competências exigidas a estes profissionais sempre foram bem mais complexas do que a realidade dos regulamentos o consegue ilustrar. Nos três estabelecimentos prisionais portugueses visitados, todos os entrevistados manifestaram uma grande preocupação com a descredibilização que enfrentam, independentemente dos seus níveis de formação ou de escolaridade:

Ninguém nos dá valor, se ainda chegássemos aí e nos dessem valor, mesmo da parte da direção... não, ninguém nos dá valor (...) cada fornada de guardas que vem, mais formados vêm e são pessoas com uma formação muito, muito melhor (Edgar, guarda prisional).³

Na indefinição de tarefas que, pelo menos na prática do quotidiano, os guardas prisionais acabam por desempenhar, reside também uma insatisfação e uma imagem negativa, associadas à falta de um reconhecimento oficial dessa panóplia de funções e de papéis: «Os estereótipos dos média mascaram a grande variedade de tarefas e de ambientes de trabalho que ocupam e envolvem o guarda prisional» (Lombardo, 1981: 5). Os guardas prisionais portugueses corroboram essa perceção: «Têm que levar com os problemas deles, com os problemas das famílias, depois é as nossas (...) um guarda aqui faz tudo» (Manuel, guarda prisional). De mencionar que Lombardo constatou ainda que esta indefinição do papel profissional, somada à amplitude das tarefas desempenhadas, são fatores que fomentam a falta de autoestima e a ausência de um sentimento de pertença ao grupo ocupacional. Instaurada a desunião entre os guardas prisionais, esta indefinição do seu papel reforça o estigma no interior da própria

³ De referir que nas últimas décadas a escolaridade dos guardas prisionais portugueses tem vindo a alterar-se bastante, já que muitos investiram em licenciaturas e mestrados em áreas sociais, obtendo os seus diplomas ao longo das suas carreiras profissionais e levando a que muitos deles produzissem alguns dos estudos prisionais existentes sobre as cadeias portuguesas.

classe profissional, já que os seus elementos se autoavaliam enquanto grupo desestruturado:

Primeiro, os guardas desejam ser julgados enquanto indivíduos e buscam formas de pensar em si próprios como sendo, de algum modo, diferentes dos outros guardas. Depois, tendem a aceitar a imagem negativa associada à profissão e então talvez por isso não queiram identificar-se com o seu trabalho. (Lombardo, 1982: 163)

Finalmente, a representação de que o guarda prisional coloca a questão financeira na base da sua escolha profissional, sustentada pela maioria dos estudos que se debruçaram sobre este tema (Thomas, 1972; Hawkins, 1976; Lombardo, 1981; Cunha, 1994; Moreira, 1994; Liebling; Price; Shefer, 2012 [2001]), também reproduz a ideia de que os guardas não escolhem esta atividade por interesse, gosto ou vocação, mas apenas pela estabilidade financeira que num determinado período se associou às profissões do Estado.

4. A porta da prisão

A imagem da porta da prisão surge significativamente realçada no discurso dos guardas prisionais entrevistados, especialmente quando questionados sobre as consequências da profissão na sua vida pessoal. Simbolizando a separação entre esta e o mundo prisional, a porta da prisão, conforme sugeriram outros autores (Liebling; Price; Shefer, 2012 [2001]), parece ilustrar precisamente o local onde as expectativas se frustram, ou antes, onde as frustrações se depositam, já que as duas realidades que a porta visa separar não se mantêm cada uma do seu lado, uma fora, outra dentro, ao contrário do que, desafiando as evidências, a maior parte dos profissionais procura confirmar:

Disseram no curso que ao sair do portão para fora a gente devia ter um interruptorzinho para desligar e esquecer tudo o que se passou, só que é a tal situação, acabamos por ser humanos e as coisas não são bem assim, acabamos sempre por pensar nas coisas e a nível psicológico acaba por afetar. (Renato, guarda prisional)

Destas portas para fora não podemos ser as mesmas pessoas que somos cá dentro, há pessoas que misturam as coisas (...) Dasquelas portas para dentro sou uma pessoa completamente diferente, não tem nada a ver uma coisa com outra. (Tiago, guarda prisional)

Os guardas procuram acreditar que a porta da prisão lhes devolve a liberdade que sentem de algum modo comprometida com o exercício da sua profissão, a qual em muitos casos é entendida e narrada como uma espécie de reclusão, sendo tal «pena» intensificada precisamente pelo estigma e pela ausência de um reconhecimento público das suas funções sociais: «Alguns passam uma

vida profissional, trinta ou mais anos para alguns, a trabalhar em prisões. De um modo geral, o trabalho em prisões não tem uma elevada visibilidade pública» (Coyle, 2005: 83).

Equiparando as suas vidas às de reclusos, a verdade é que a maior parte dos guardas vive a prisão durante um período bastante mais longo do que aquele que corresponde a muitas das penas a que estes profissionais assistem, ainda que — mesmo por razões éticas — não sejam comparáveis os contornos e as vivências de ambas as experiências:

Nós estamos vinte e quatro horas com eles, nós estamos presos com eles, a gente só tem uma coisa boa, vamos almoçar a casa, vamos jantar a casa e vamos dormir a casa porque de resto a gente passa vinte e quatro horas com eles aqui. (Manuel, guarda prisional)

Tal como sustenta a literatura internacional, a maioria dos guardas prisionais portugueses não admite ter dificuldade em separar os dois mundos: «Passando ali a porta verde esqueci, não levo para casa nada (...) eu não tenho esse problema, consigo mesmo separar, a partir do momento em que saio dali praticamente divorcio-me disto» (Celso, guarda prisional); «As coisas têm que ser separadas, casa é casa, trabalho é trabalho, separação completa» (Júlia, guarda prisional).

Se o perfil ideal de um guarda prisional passa necessariamente por tornar-se mais discreto, uns sentem que o fazem por segurança, obrigação e profissionalismo, enquanto outros afastam o diálogo sobre assuntos do seu trabalho precisamente devido a esta necessidade pessoal de rutura, seja pela saturação ou pela preocupação em proteger os familiares das pressões a que se encontram quotidianamente expostos. A família tem aqui um papel relevante em contrariar esta institucionalização, embora seja questionável a sua eficácia, consoante os contextos observados.

Por outro lado, este reforço do silenciamento — e consequente invisibilização — das identidades destes profissionais só reforça o estigma e a sua vulnerabilidade social. Um dos entrevistados partilha as dificuldades que sente em tentar desmistificar perante os filhos o meio em que trabalha: «Afeta muito porque os nossos filhos sentem (...) nós evitamos falar na realidade daquilo que fazemos porque eles são capazes de dizer “o pai prende” e eu já disse “eu não prendo ninguém!”, cuido de pessoas, não prendo ninguém» (Xavier, guarda prisional).

Num esforço para não contaminar o ambiente familiar, estes profissionais não falam das situações que viveram no trabalho porque não querem sobrecarregar a família com os seus problemas, por a entenderem como um espaço de refúgio. Outros deslocam ainda a atenção para o facto de alguns colegas

falarem das suas vidas pessoais com reclusos, situação que consideram bastante problemática:

Os presos ficam a saber da vida deles inteira porque é com os presos que eles vão desabafar, coisa que não devem, porque o preso não tem nada que saber do que se passa na casa do guarda e a família também não tem nada a ver com aquilo que se passa dentro da cadeia, portanto, são dois mundos diferentes que não podem nem devem ser misturados. (Júlia, guarda prisional)

Neste contexto, a falta de tempo e de oportunidades para conviver com a família, ou mesmo com amigos, acentua o fechamento na comunidade em que trabalham, reforçando as proximidades com a população reclusa, com quem mais tempo socializam: «Estou mais tempo aqui e convivo mais aqui do que com o meu marido e com o meu filho» (Cecília, guarda prisional). Deste modo, um dos efeitos do trabalho no mundo prisional que se pode manifestar num profissional é efetivamente a sua institucionalização (Crawley, 2002), a qual se traduz em inúmeros domínios da vida quotidiana. Um dos sintomas diz respeito à interiorização dos horários de trabalho, ao ponto de os sujeitos os tentarem impor às suas famílias:

Não há fim-de-semana nenhum que eu não me lembre da cadeia e parece que eu já vivi isto mais do que devia, ou seja, eu às seis da manhã estou acordado, porquê, porque é um hábito levantar-me às seis da manhã, portanto vem daí que aos fins-de-semana às seis horas estou acordado, levanto-me, vou fazer qualquer coisa. (Xavier, guarda prisional)

Um outro entrevistado narra que já se chegou a dirigir ao trabalho em dias de folgas, nem sempre por esquecimento mas porque o hábito se encarrega de esvaziar a disponibilidade para os tempos livres e a capacidade de quebrar uma rotina tão incorporada: «Acordava a meio da noite nas folgas e vinha trabalhar, pedia para vir trabalhar (...) Aconteceu muitas vezes, estar vestido de folga e vinha para trabalhar» (Dionísio, guarda prisional). O mesmo problema sucede por vezes com guardas reformados que não se veem capazes, ao fim de tantos anos de serviço, de alterar os seus hábitos, nomeadamente de sono. Além dos que se queixam de ter pesadelos com o serviço, muitos não conseguem descansar tranquilamente mesmo fora do trabalho, devido às preocupações constantes com os problemas dos reclusos ou mesmo a traumas ou memórias que se vão criando e instalando.

Outro sintoma importante da institucionalização é o uso da «linguagem do recluso» no ambiente doméstico, já que, seja esta a linguagem que entendem

que é utilizada pelo recluso ou seja a que com ele utilizam, a família tende a sentir e a relatar uma mudança nos modos de falar, por vezes gerando discussões conjugais pela preocupação em torno de uma transmissão inconsciente do vocabulário utilizado na cadeia para os filhos. Muitos guardas assumem que em vez de serem um exemplo para os reclusos acabam por se deixar influenciar por eles e, nomeadamente no que diz respeito à linguagem, queixam-se de que este é um processo que ocorre inconscientemente e que se manifesta mais, precisamente, quando estão fora do serviço.

São portanto bastante valorizados por estes profissionais aspetos como a adoção de um vocabulário específico, influenciado pela interação com os reclusos, bem como a tendência para se sentirem mais «frios» ou «insensíveis» ao lidar com os problemas quotidianos. Essa emotividade em falta, ou escondida, acaba por ser reclamada pela família, que reprova as transformações identitárias a que assiste. Sujeitos a um maior pragmatismo e a uma racionalidade mais vincada, estes indivíduos alegam que a desconfiança se instala como uma defesa automática.

Associado à questão do vocabulário utilizado está o sintoma da ocultação das emoções, pois tal como o hábito de falar uma «linguagem dos reclusos», por exemplo para com estes estabelecer maior empatia, também a assertividade e uma postura mais rígida se interiorizam e tornam difíceis de despir na mera passagem da «porta da prisão». No estudo de Crawley (2002) refere-se que as companheiras de guardas entrevistadas pela autora lamentaram uma perda de sensibilidade dos seus maridos para os problemas dos outros, por esconderem emoções e parecerem indiferentes ao não demonstrarem afeto no ambiente doméstico.

Tornando-se menos afetivos e emotivos, em parte porque se desiludem quotidianamente na relação com os reclusos, também há os que referem que ficam mais fechados pela preocupação em manter um comportamento adequado ao que julgam ser as expectativas sociais em relação à sua profissão, a qual exige uma determinada postura mesmo fora do tempo de serviço:

Não posso ser aqui uma pessoa rigorosa e depois lá fora andar nos copos com os reclusos e os familiares dos reclusos... e eu acho que me tornei um bocadinho mais fechada em relação a isso (...) a Força de Segurança... tem uma farda, tem que ser exemplar, isto está incutido em toda a gente. (Alexandra, guarda prisional)

Vários entrevistados dizem-se mais frios, tristes ou mesmo agressivos, após alguns anos de serviço. Contudo, e tal como sustentou o trabalho de Crawley (2002), a interiorização da desconfiança é o sintoma mais mencionado por estes profissionais e o traço mais assumido enquanto consequência

da profissão, que os parece viciar a estar mais atentos mesmo fora da cadeia, como se nunca interrompessem a atividade de vigilantes, quando não se tornam mesmo obsessivos e receosos, perdendo a sensação de segurança com pessoas da sua vida mais íntima.

O elevado número de divórcios assumidos pelos entrevistados é um indicador expressivo da violência emocional que se exerce sobre este grupo profissional, não tanto pela atividade em concreto e mais pela forma como a profissão está organizada. Os entrevistados não parecem ter dúvidas de que a grande incidência de divórcios se deve ao desgaste inerente às exigências da profissão, que no caso de muitos guardas não lhes permite assistir ao crescimento dos filhos, nem dar o apoio familiar que esperavam:

A mim afeta muito, por exemplo, a relação com o meu filho... eu na altura divorciei-me, já há quatro anos (...) ninguém nos compensa com a falta que nós fazemos à família nos feriados, nos fins-de-semana, nas noites em que as nossas mulheres... eu agora sou divorciado mas já passei por isso, precisam de nós para tomar conta de um filho, para poder levá-lo para o hospital. (Tiago, guarda prisional)

Alguns entrevistados narraram as suas experiências pessoais procurando justificar a relação entre o seu divórcio e os constrangimentos da profissão, outros mencionam que a distância do núcleo familiar leva, por si só, à incorporação de hábitos específicos, que se revelam depois incompatíveis com a manutenção de bons relacionamentos pessoais. Além da distância geográfica das famílias, que causa uma instabilidade emocional muito significativa e que se chega a refletir na própria relação com os reclusos, os divórcios também podem ocorrer pela mera dificuldade referida em separar a vida profissional da vida pessoal.

Nem todos os guardas prisionais entendem que o seu trabalho os transforma, pois se para muitos existe uma continuidade entre identidade pessoal e identidade profissional, para uma grande parte ocorre uma violenta transformação na personalidade (Crawley, 2002). A este respeito, Crawley identificou mesmo que quem serviu as Forças Armadas tem mais dificuldade em assumir que o trabalho os tenha transformado, até porque a formação da sua identidade militar já era anterior à entrada no mundo prisional.

Os guardas portugueses entrevistados assumiram sofrer com as transformações provocadas pela profissão na sua personalidade, verbalizando que as famílias se queixam por estes chegarem a casa mais «agressivos», «impulsivos», «impacientes», «stressados», «nervosos» ou «tensos»: «Refletia mais tempo, agora sou mais explosivo (...) noto que estou diferente, havia dias que já não tinha assim muita paciência (...)

sentimo-nos impotentes (...) a mim afetou-me bastante, era uma pessoa que refletia mais, mais tolerante» (Nicolau, guarda prisional).

Outros sublinham ainda a falta de segurança e os riscos pessoais a que tanto eles como os seus familiares estão sujeitos, referindo ameaças de morte e agressões físicas e verbais que por vezes se dão fora da prisão, por parte de familiares de reclusos no intuito de os chantagearem para possibilitarem a entrada de telemóveis ou outros produtos na cadeia: «Já me tentaram há muitos anos raptar o meu filho da escola (...) e eu arranjei maneira de o ter protegido e nunca tive medo nenhum, de nada. Nunca me deixei coagir» (Celso, guarda prisional). Nesta matéria, é de referir que o funcionamento da instituição prisional, no seu forte pendor burocrático, parece tornar esta realidade ainda mais dura, já que se pode identificar nos discursos dos profissionais uma forte sensação de abandono e de indiferença por parte dos seus superiores. A falta de apoio institucional passa, no entender de muitos dos entrevistados, por não estar prevista nenhuma espécie de acompanhamento, nomeadamente por parte de psicólogos e psiquiatras, num contexto em que os reclusos têm direito a um acesso gratuito a esse tipo de cuidados.

Notas finais

As representações aferidas junto dos guardas prisionais portugueses entrevistados reforçam que a importância da presença transversal do estigma reside no modo como este se estende, atravessando e corrompendo os muros físicos da cadeia e pervertendo as funções desses e desta, para ocupar afinal também a vida de toda uma rede tanto de familiares como de todos os profissionais das prisões, já que além do guarda prisional outros cargos partilham os mesmos sentimentos de discriminação social pelo seu local de trabalho, ainda que estes sejam vivenciados e consequentemente verbalizados com contornos muito distintos.

De reter ainda que, mais do que lamentarem um trabalho cansativo, ou de que não gostam, os guardas reclamam sobretudo a inexistência de tempo para as suas famílias, muitas das quais não se chegam a constituir ou acabam por desmoronar-se devido à distância. Nesta dificuldade, ou ausência de liberdade para construir uma vida familiar, estes profissionais descobrem um sentimento de privação significativo e que, de certo modo, os aproxima da comunidade reclusa, quase sugerindo, na perspetiva destes sujeitos, uma «reclusão partilhada» (Granja, 2015).

Em jeito de conclusão, importa sobretudo sublinhar que as vidas no exterior e no interior da cadeia se condicionam mútua e indubitavelmente, justificando que «a porta da prisão» ressalte do discurso dos guardas, já que o simbolismo da mesma perverte a sua função expectável, permitindo continuidades onde os sujeitos gostariam de encontrar uma reconfortante separação.

Bibliografia

- COYLE, Andrew (2005), *Understanding Prisons. Key issues in policy and practice*. London: Open University Press.
- CLEMMER, Donald (1940), *The Prison Community*. New York: Rinehart & Co.
- CRAWLEY, Elaine (2002), «Bringing It All Back Home? The Impact Of Prison Officers' Work On Their Families» in *Probation Journal*, Vol. 49, N° 4. London: NAPO.
- CRAWLEY, Elaine (2004), *Doing prison work. The public and private lives of prison officers*. London: Willan Publishing.
- CUNHA, M. Ivone (1994), *Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- CUNHA, M. Ivone (2002), *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajetos. Fim de Século*.
- FOUCAULT, Michel (2009 [1975]), *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Editora Vozes.
- FROMENT, Jean-Charles (1998), *La République des surveillants de prison. Ambigüités et paradoxes d'une politique pénitentiaire en France (1958-1998)*. Paris: L.G.D.J. Droit et Société.
- FROMENT, Jean-Charles (2003), *Les surveillants de prison*. Paris: L'Harmattan.
- GOFFMAN, Erving (2001 [1961]), *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- GOFFMAN, Erving (1963), *Stigma. Notes on the Management of Spoiled Identity*. London: Penguin Books.
- GRANJA, Rafaela Patrícia Gonçalves (2015), *Para cá e para lá dos muros: Relações familiares na interface entre o interior e o exterior da prisão*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Braga: Universidade do Minho, ICS.
- HAWKINS, Gordon (1976), *The prison*. Chicago, University of Chicago Press.
- LIEBLING, Alison; Price, David; Schefer, Guy (2012 [2001]), *The Prison Officer*. New York: Routledge.
- LOMBARDO, Lucien X. (1981), *Guards Imprisoned. Correctional Officers at Work*. New York: Elsevier Science Publishers.
- MACHADO, Helena (2008), *Manual de Sociologia do Crime*. Porto: Edições Afrontamento.
- MOREIRA, J. J. S. (1994), *Vidas Encarceradas. Estudo sociológico de uma prisão masculina*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- ROMÃO, Miguel Lopes (2015), *Prisão e Ciência Penitenciária em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- ROSEIRA, Ana Pereira (2014), «Do carcereiro ao guarda prisional: (re)configurações sociais de uma profissão» in *Configurações*, vol. 13: 69-78.
- SYKES, Gresham M. (2007 [1958]), *The society of captives: a study of a maximum security prison*. New Jersey: Princeton University Press.
- THOMAS, J. E. (1972), *The English Prison Officer since 1850, A study in conflict*. Londres: Routledge and Kegan Paul Ltd.
- VARELLA, Drauzio (2012), *Carcereiros*. São Paulo: Companhia das Letras.